

## **VENEZUELA: O GOLPE DE ABRIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL.**

Em meados de abril de 2002, mais uma caprichosa crise político-institucional eclodia em um país latino-americano, com mais uma vez, um presidente durando apenas 24 anos no poder, tendo como cenário um dos mais promissores países do continente: a Venezuela. Após a sucessão de presidentes da Argentina, na crise de dezembro de 2001, o golpe empresarial-militar da Venezuela corria o risco bater um novo recorde e, como num romance do realismo fantástico, fazer do efêmero presidente *de facto*, o golpista Pedro Carmona, passar para a história sob o epíteto de “*Pedro, el breve*”. Entretanto, longe da aparente similaridade com a crise da Argentina nos últimos dias de 2001 – quando a ordem institucional foi durante todo o tempo respeitada e os militares guardaram estreito profissionalismo -, a crise venezuelana ameaçou toda a estabilidade e o futuro democrático do continente, em especial da América do Sul, ao mesmo tempo em que revelava uma perigosa derivação neo-realista da política externa estadunidense pós-11 de setembro de 2001.

Exatamente em 11 de setembro de 2001, enquanto ocorriam os terríveis atentados nos USA, um outro fato de imensa relevância continental, encoberto pelo abalo que derrubou o World Trade Center,

ocorria em Lima, Peru. Reunidos na capital andina, os chanceleres de todos os países do hemisfério, credenciados na O.E.A. – inclusive Colin Powell, pelos USA – assinavam a *Carta Democrática das Américas*, um documento que estabelecia a ilegalidade de mudanças políticas violentas e anti-constitucionais no continente e estabelecia a O.E.A. – através de comissão *ad hoc* – em órgão capaz de investigar a violação dos preceitos constitucionais em qualquer país onde ocorresse ameaças ou fatos reais que contrariassem as regras democráticas vigentes. Assim, com incrível atraso, a OEA acompanhava a chamada cláusula democrática do MERCOSUR, que estabelecia a total intolerância com regimes de força (o que já foi aplicado pelos países-membros ao Paraguai, evitando mais uma ditadura naquele país ).

Ora, o golpe desfechado em abril em Caracas – e tratou-se de um golpe, no mais puro exemplo latino-americano – feria profundamente o documento assinado, abria um precedente bastante sério, num continente conhecido pelas possibilidades de contágios, políticos econômicos. O mais grave, e preocupante, em todo o imbróglio contra Hugo Chaves foi, entretanto, a atuação dos USA, também signatário da Carta de Lima. Desde os primeiros minutos do golpe, o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, insistia em falar em “demissão” de Chaves, causada por seus próprios erros e seu caráter intrinsecamente ditatorial. Mas, a questão residia em outro ponto: a legitimidade de se destituir um governo democraticamente eleito – 56% dos votos, em 1998 -, enquanto

todas as instituições do país continuam funcionando democraticamente, sem qualquer ameaça do poder executivo, só porque um pequeno grupo de empresários e donos das mídias, bem como os USA não gostam do presidente. Assim, a defesa da democracia – elemento central na justificativa da Guerra contra o terrorismo liderada pelos USA via-se, no continente sul-americano, fortemente contrariada pelos Estados Unidos através de seu apoio a uma mudança anticonstitucional de governo.

Da mesma forma surgia, para além da simpatia americana pelos golpistas, uma outra vertente escandalosa com o envolvimento direto dos USA - e em escala menor da Espanha, El Salvador e do Vaticano - na organização e orientação do golpe, lembrando, e não gratuitamente, os velhos tempos das intervenções norte-americanas no continente, o que trazia de volta para as relações internacionais o espectro assustador do intervencionismo contra os governos constitucionais da América do Sul. Uma sombra espalhava-se rapidamente em todo o continente, onde os governos da Argentina, Colômbia e Peru mostravam-se frágeis, além de encontra-se na antevéspera da mais significativa eleição presidencial no Brasil pós-redemocratização. .

É neste sentido que o golpe em Caracas transcendia imensamente aos fatos próprios da política interna venezuelana, seja ao enunciar um impressionante *turning-point* da política estadunidense para a América Latina, seja pelo retorno de uma visão de mundo, ou ideologia, onde se

dissociava democracia e progresso econômico. Para grande parte da opinião pública, na Venezuela e no mundo inteiro, informados por um gigantesco *pool* mediático, Chaves surgia como um grotesco militar latino-americano, mais uma vez detonando as liberdades civis de uma *república das bananas*. Bem, na verdade as coisas não correram bem assim. A Venezuela, com seus quase trinta milhões de habitantes, e sendo o quarto exportador mundial de petróleo (e terceiro fornecedor aos Estados Unidos), em nada se assemelha a uma clássica república das bananas caribenha. E aí começam os problemas, bem como as explicações, da crise venezuelana, com suas amplas implicações na geopolítica mundial.

Eleito em 1998 com 60% dos votos, Chaves desestabilizou, aparentemente de forma definitiva, um amplo arranjo de poder vigente no país entre empresários profundamente vinculados aos USA e às riquezas produzidas pelo petróleo (desde 1945 o equivalente a 14 planos Marshalls), a Igreja católica, a oligarquia agrária e os interesses corporativos da empresa estatal de petróleo. Tal arranjo era expresso politicamente pelo dualismo partidário em torno do Copei, equivalente formal a social-democracia e a Acción Democrática, conservadora. Entretanto, ambos os partidos em verdade beneficiavam-se da corrupção, do analfabetismo e da baixa participação das grandes massas populares na vida política do país. Em dezembro de 1999, através de um referendo popular, Chaves dota o país de uma nova constituição, dita

bolivariana, promulgada enquanto ferramenta de promoção social, com forte teor nacionalista e reformador, atingido profundamente interesses encastelados no estado e na sociedade venezuelana. Reeleito em 2000, por seis anos, conforme a nova constituição Chaves aprofunda as reformas sociais e cria quadros de participação popular que superam as formas institucionais tradicionais. Grande parte da elite nacional, que esperava uma certa domesticação do presidente perde qualquer esperança em detê-lo, enquanto outros percebem rapidamente que Chaves avançaria em suas promessas de controle das riquezas nacionais e da reforma agrária visando à realização do *sonho bolivariano*.

Em política externa, desde 2000, Chaves iniciou um processo que denominou de “renascimento” da OPEP, procurando com isso uma valorização dos preços do petróleo, fonte básica de divisas do país e fundamentais para a realização do sonho bolivariano de Chaves de promoção das populações pobres do país (quase 80% do conjunto da população). Assim, através de uma intensa diplomacia, Chaves conseguiu eleger um próximo seu, Ali Rodríguez – mais tarde será nomeado presidente da estatal petrolífera -, para a presidência da OPEP, e a partir daí implantar a chamada “linha Chaves” no organismo mundial. Tratava-se, em verdade, de estabelecer um mecanismo automático, de autocorreção dos preços numa banda de U\$ 22 até U\$ 28 por barril, o que levaria ao aumento, ou diminuição da produção-dia em cerca de 500 mil barris do cru. Tal política, a *linha Chaves*, foi facilitada pela

reaproximação – inesperada para os USA – entre Arábia Saudita e Iran, assim como pelo constante bloqueio das exportações do Iraque. Ao mesmo tempo, aprofundava-se a crise energética nos USA (e mesmo uma alta de preços na Europa, Japão e Brasil, ao lado do inexplicável racionamento), agora com uma ameaça de escândalo pairando no ar em virtude da inescrupulosa falência da mega-empresa Enron, cujos pés pisavam com frequência o Departamento de Comércio dos USA. Para agravar ainda mais a clave energética da política Bush, o Senado americano, estava prestes a negar a autorização para a prospecção de petróleo no *Refúgio Nacional do Ártico*, no Alaska, como acabou por acontecer em 18 de Abril de 2002. De qualquer forma, a *linha Chaves* consolidou um segundo nascimento da OPEP – criada em 1960 – e conseguiu, entre 2000 e 2002, uma elevação significativa dos preços, evitando uma deterioração ainda maior da economia dos países produtores. Para consolidar seus ganhos Chaves, na qualidade de dirigente de um país petrolífero, visitou o inimigo número um dos USA, Saddam Hussein, sendo o primeiro chefe de Estado ocidental a fazê-lo, para discutir as condições de retorno da produção iraquiana ao mercado. Ao mesmo tempo, manteve encontros com Muammar El-Khadafi, da Líbia, e com a nova direção iraniana, em fim, trazendo para o convívio internacional países designados por Bush como o “eixo do mal”. A maior parte da atuação internacional de Chaves contrapunha-se fortemente aos movimentos de Washington visando a promover a

estabilização em larga escala do mercado energético mundial pós 11.-S. Aos poucos os USA haviam conquistado a Rússia para sua política de petróleo abundante e barato, fornecendo uma renda permanente e estável à economia russa, da mesma forma que facilitava os esforços do Japão, Europa Ocidental e do próprio Estados Unidos em compor seus estoques estratégicos ante a iminência da invasão do Iraque. Todo este movimento internacional de Chaves acabou por fortalecer a política autonomista do Príncipe Abdullah, da Arábia Saudita, em forte tensão com a política de inundação do mercado por petróleo paraticada pelos USA e a Rússia.

Visando romper com as dificuldades no mercado energético, Bush acabou por concordar em enviar ao Oriente Médio o seu vice-presidente Dick Cheney, feroz falcão anti-iraquiano e fortemente envolvido com as empresas petroleiras norte-americanas. A missão de Dick Cheney deveria organizar a ofensiva contra o Iraque, conseguindo apoio dos países do Golfo Pérsico, além da Inglaterra, para uma invasão em massa – operação de 250 mil homens, no mínimo – do país, rompendo com uma situação difícil para os interesses ocidentais na região. Para tal objetivo realizar-se plenamente tornavam-se necessárias às reservas estratégicas de petróleo do Ocidente chegarem a sua plenitude, além da garantia de fluidez no mercado fornecedor, frente à possibilidade das operações militares bloquearem o fluxo de petróleo do Golfo Pérsico por várias semanas. Entretanto, a nova postura do príncipe-herdeiro saudita, bem

como a irrupção da violência em larga escala entre Israel e Palestina durante a operação *Muro Defensivo* levada a cabo por Israel, acabam por fazer fracassar a missão Cheney. Assim, conforme Tony Blair, uma ação em larga escala contra o Iraque, capaz de trazer o petróleo daquele país para o mercado sob controle das antigas companhias britânicas e americanas que operavam o setor antes da estatização, só poderia ser colocado em pauta em um ano.

Graças a Ariel Sharon, deixava o Iraque provisoriamente de ser o alvo principal da política desestabilizadora dos USA, voltando-se a Casa Branca para o velho incômodo sul-americano: Hugo Chaves. Assim, a remoção do presidente venezuelano anularia a OPEP enquanto cartel, ao mesmo tempo em que o terceiro fornecedor de petróleo do país deveria passar a ser administrado por alguém mais sensível aos interesses americanos. Não devemos esquecer que alguns dos maiores fornecedores mundiais – Iran, Iraque e Líbia alinham-se no “eixo do mal”, o que justificaria a insistência americana em não “perder” também a Venezuela.

Além da questão maior envolvendo a economia energética mundial, Chaves incomodava, agora no contexto latino-americano, em função de outros aspectos da sua atuação. Desde o início as relações “muy hermanas” com Cuba e Fidel Castro, o velho espantalho da Casa Branca e outro integrante do “eixo do mal”, a quem Chaves fornece

petróleo a baixos preços, tornando o bloqueio americano quase que inútil; a recusa total de Chaves em aceitar os termos norte-americanos do chamado Plano Colômbia, o que – ao lado da postura brasileira – circunscreve e limita o alcance das operações americanas no continente; para grande desespero das autoridades estadunidenses, Chaves tentou negociar diretamente com as FARC's colombianas, insistindo numa solução politicamente negociada do conflito colombiano, terrível heresia aos olhos americanos; e, desempenhou a Venezuela, com Chaves, um papel de monta nas críticas aos processos globais de livre fluxo de capitais, um dos aspectos mais nocivos para a América Latina da chamada globalização.

Ao mesmo tempo, ao lado do Brasil, Chaves tornou-se agudo crítico do projeto da ALCA, a livre zona de comércio proposta pelos USA para integrar as Américas, e com o peso de sua economia e recursos constituir-se-ia em importante parceiro do Brasil, inclusive com sua entrada no MERCOSUR, para contrapor-se aos interesses americanos no continente sul-americano. Muitos conselheiros da Casa Branca já davam como certa a limitação da ALCA até a fronteira do Panamá, com a expansão do MERCOSUR para o norte, englobando a Bolívia e a Venezuela.

Para os USA a série de ações, algumas bem fantasistas, de Chaves em busca da realização de seus sonhos bolivarianos, já havia irritado o

suficiente a elite venezuelana e preparara o caminho para sua definitiva partida, por meios legais ou não. O furacão Chaves havia, contudo, varrido do mapa político do país as velhas agremiações, como o COPEI e a Acción Democrática, bem como centenas de figuras tradicionais da política nacional, além de um vasto empresariado, tradicionalmente dependente das atividades com os USA. Com suas instituições falidas, acusadas de graves envolvimento na corrupção, a oposição procurou estreitar seus laços com a mídia, conquistando empresários e jornalistas para a luta contra Chaves, facilitada pela continuidade da corrupção. Assim, o crescimento de cerca de 3% ao ano do país, num contexto sul-americano altamente depressivo, e o salto de quatro pontos positivos no índice IDH, pouco valiam para a imagem que a imprensa construía do presidente, apresentado como populista, ditatorial e, mal escondendo o racismo da sociedade venezuelana, como expresso no epíteto de *El Mono* dado ao presidente. Foi assim que grandes cadeias da mídia, como a Globovision, a RCTV - *Radio Caracas Televisión* - e principalmente a Venevisión, ao lado de jornais e rádios, como os periódicos *El Nuevo País*, *El Nacional* e *El Universal* iniciaram uma campanha sistemática de críticas e desqualificação de Chaves, o que era repetido – principalmente pela Venevisión – para a CNN latino-americana e a CNN internacional. Por trás de tudo encontrava-se a figura do megamilionário Gustavo Cisneros, magnata da mídia e companheiro de pescarias do ex-presidente George Bush ( pai ). Cisneros, cujos negócios formam um império

econômico abarcando comunicações e intermediação financeira, dos Estados Unidos até o Chile, e com linhas cruzadas com os negócios de Otto Reich, o Sub-Secretário de Estado para a América Latina, envolvendo o comércio de tabaco, rum e armas (e pendências jurídicas com Cuba em torno de propriedades estatizadas por Fidel Castro), amigo pessoal da família Bush. Ora, Cisneros conseguiu seu amplo controle sobre a mídia venezuelana através de uma estreita associação com o grupo estadunidense Hughes, construtor de satélites e com interesses em um grande número de iniciativas militares do governo Bush (filho), inclusive a Iniciativa Estratégica de Defesa.

Ao mesmo tempo começava-se a organizar, já há mais de um ano, uma ampla conspiração entre o empresariado nacional, tendo à frente Isaac Pérez Recao, jovem herdeiro de grandes interesses petrolíferos, a liderança do CTV, o sindicato petroleiro, considerado o mais corrupto sindicato da América do Sul, a Igreja católica e, o mais importante, inúmeros altos funcionários da Casa Branca. Chegou-se ao ponto do ex-presidente Bush, pai do atual presidente dos USA, fazer uma “visita” de cortesia aos empresários da Venezuela, entre os quais Cisneros e Pérez Recao, manifestando seu pleno desagrado com Chaves e o rumo de sua política externa, enquanto homens como Otto Reich, Subsecretário de Estado para Assuntos Americanos, iniciava mais uma de suas aventuras conspirativas no continente. Reich, ao lado de John Negromonte, embaixador na ONU, e de Roger Noriega, embaixador americano na

OEA, foram íntimos colaboradores do governo Ronald Reagan, e de Bush, pai, na Casa Branca. Ficaram conhecidos, em especial Noriega e Reich, por suas íntimas relações com os para-militares da Guatemala, pela organização do escandaloso caso Iran-Contras, na Nicarágua, e pela ajuda aos cubanos da Florida contra Fidel Castro. Trazidos de volta ao poder por W. Bush, pouco se importaram com a Carta Democrática Interamericana, ou a legalidade sul-americana, e passaram rapidamente, com o auxílio do embaixador americano em Caracas, Charles Shapiro, ex-encarregado dos assuntos ligados a Cuba no Departamento de Estado, a conspirar com homens como Pedro Carmona, eleito por pressão de Peres Recao para a presidência da *Fedecamaras* – a confederação empresarial nacional –, um fundamentalista do livre mercado, próximo do *Opus Dei* e Daniel Romero, secretário do ex-presidente, auto-exilado nos USA, Carlos Andrés Pérez. Os primeiros contatos com os Estados Unidos, para a discussão do golpe, deram-se através do oficial americano Rogelio Pedro Maurer, encarregado do Pentágono para as operações especiais e conflitos de baixa intensidade na América Latina. Aos poucos conseguiram atrair o general Efraín Vasques, a quem dariam o comando das forças armadas. A partir de um crescendo de greves, como foi o caso do Chile de Allende, e de inúmeros *pronunciamientos* de militares, como foi o caso do Brasil de João Goulart, preparava-se o clima para a realização do golpe militar-empresarial.

A nomeação de uma direção chavista para a estatal do petróleo, PDVSA, algo fundamental para que Chaves pudesse colocar em prática suas propostas distributivistas, acaba por levar a uma insurreição em Caracas, onde pistoleros ainda não-identificados abrem fogo contra chavistas e anti-chavistas, causando quinze mortes. O exército se recusa a defender o Palácio Miraflores, permitindo uma clara ameaça ao poder instituído, o que acaba levando a uma jornada de violências e mortes. Um filme distribuído pela Venevisión, e replicado por todo o mundo pela CNN, mostra chavistas atirando nos manifestantes, o que teria sido o motivo imediato para a prisão do presidente, realizando-se o golpe. Pessoas que estiveram próximas aos acontecimentos, como o editor de *Le Monde*, Ignacio Ramonet, denunciaram imediatamente o caráter de montagem dos vídeos e a participação da imprensa numa conspiração contra um regime legalmente constituído. Ao mesmo tempo, as primeiras medidas de Pedro Carmona, ditadas por Perez Reao, dissolviam o congresso, a Suprema Corte, destituía governadores, prefeitos e procuradores, num absoluto desrespeito à lei e à democracia. Alguns defensores de Chaves, em especial nos *ranchitos*, bairros pobres em torno de Caracas, eram brutalmente espancados e presos. Durante as vinte e quatro horas em que Pedro Carmona foi presidente de facto da Venezuela o embaixador dos USA e da Espanha mantiveram intenso contato com os putschistas, aconselhando e acolhendo as demandas do breve regime de ultradireita. Mais grave ainda, o adido militar da

embaixada americana, tenente-coronel James Rodger e o coronel Ronald Cammon, aconselharam os revoltosos, no interior do prédio do comando das forças armadas venezuelanas – o famoso “quinto piso de la Comandancia del Ejército” em Forte Tiúna -, durante todo o processo golpista, servindode ligação entre a CIA, de um lado, e a Opus Dei, a *Fedecamaras* e os militares revoltosos, de outro.

O golpe, um retrocesso à Era Nixon na história da América Latina, provoca grande escândalo nas principais lideranças do continente, com clara condenação por parte do Brasil, Chile, Argentina e México, enquanto o conselho da OEA, reunido em San José da Costa Rica, exige o respeito à lei e resolve enviar uma delegação ao país. Apenas os USA, através de seu porta-voz, Ari Fleischer, a Espanha e o Vaticano se congratulavam com o sucesso dos golpistas de Caracas, enquanto o FMI – que até agora tem deixado a Argentina sangrar sozinha – se oferecia de imediato para assessorar o novo regime. O relógio latino-americano marcava a hora da Guerra Fria e do intervencionismo americano.

Porém, os tempos são outros no continente, mesmo que Reich, Noriega e Negroponte - este embaixador dos USA na ONU e acusado de proteger os paramilitares hondurenhos durante o banho de sangue naquele país na administração Reagan -, não tivessem sido capazes de entender plenamente o processo de democratização das sociedades latino-americanos depois do início dos anos '80. .

A resistência interna na Venezuela, com o levantamento dos bairros pobres de Caracas, contra o grupo do “country club”, impõe a necessidade de brutal repressão para consolidar o golpe, causando profundo mal-estar junto às forças armadas. Da mesma forma, o fundamentalismo de Carmona-Perez Reaco assusta os militares, cujas fileiras, em especial o regimento dos pára-quedistas de Maracay, do qual Chaves fora coronel, mantiveram-se fiéis ao presidente e ameaçaram um violento contra-golpe. As forças armadas ficam paralisadas pelo furor privatizante, pró-americano e o extremo liberalismo do grupo empresarial que toma o poder, além de perceber o rápido desprestígio da Venezuela face as fortes condenações de Brasília, Santiago e Buenos Aires. Foi assim que o general Efraín Vasques acaba por abandonar os putschistas e aderir a insurreição popular-militar contra Carmona: *Me salgo de la jugado*, declara literariamente o general.

Os dias do golpe terminavam.

### **Francisco Carlos Teixeira da Silva**

Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ

Fontes: [www.foreignpolicyinfocus.com](http://www.foreignpolicyinfocus.com) / [www.newsweek.com](http://www.newsweek.com) / [www.lemondediplomatique.com](http://www.lemondediplomatique.com) / [www.courierinternational.com](http://www.courierinternational.com) / [www.elpaís.com](http://www.elpaís.com) / [www.elmundo.com](http://www.elmundo.com) / [www.elglobo.com](http://www.elglobo.com)